

NOVO GOVERNO

Ministério da Fazenda anuncia arrocho orçamentário ainda maior para cobrir despesas financeiras e impedir o crescimento explosivo da dívida pública. Palocci diz que só assim poderá baixar a taxa de juros

R\$ 68 bilhões para pagar juros

Vicente Nunes
Da equipe do Correio

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva economizará R\$ 68 bilhões este ano para pagar juros da dívida pública. Esse dinheiro corresponde a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), a nova meta de superávit primário divulgada ontem pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci. A meta anterior era de um superávit primário (receitas menos despesas sem levar em conta os gastos com juros) de 3,75% do PIB, o equivalente a R\$ 60 bilhões. Portanto, a administração Lula fará um esforço fiscal adicional de R\$ 8 bilhões, um quarto a mais do que os R\$ 6 bilhões prometidos para os quatro anos do programa Fome Zero. No ano passado, o superávit foi de 3,91% do PIB, o equivalente a R\$ 52,4 bilhões. Esse dinheiro não cobriu nem a metade dos R\$ 114 bilhões pagos em juros aos detentores de títulos públicos, sobretudo bancos e fundos de investimentos.

Palocci disse que a nova meta foi negociada com Lula e foi enfático ao justificar o aumento do ajuste fiscal. "Os 3,75% do PIB não seriam suficientes para atingirmos a estabilização da dívida pública em relação ao PIB, que está em 56%", disse. "Os 3,91% conseguidos no ano passado foram uma evolução positiva, mas são insuficientes para 2003. O aumento para 4,25% é importante para todos os setores da economia conhecerem a política econômica do país e para que se recupere a credibilidade na dívida, que é uma questão central, tanto aqui quanto no exterior", ressaltou. O governo acredita que, com a dívida sob controle e a manutenção das linhas de crédito internacionais, o país poderá, ainda este ano, reduzir as taxas de juros, de 25,5% ao ano, e incentivar a retomada do crescimento econômico.

Segundo o ministro da Fazenda, a nova meta de superávit faz parte de um conjunto de mudanças que têm como objetivo retirar o país da "armadilha fiscal" em que se encontra. "Um quadro fiscal sustentável permite reduzir a pressão sobre o risco país — que ainda está acima de 1.300 pontos — e, por consequência, diminuir a pressão sobre as taxas de

juros no médio prazo", sublinhou. Palocci não revelou, porém, quais foram os parâmetros que o governo usou para chegar à nova meta de superávit. "Isso será detalhado na próxima segunda-feira, durante a reunião ministerial, quando será divulgado o Orçamento efetivo para este ano", garantiu. E destacou: "A meta de 4,25% não é a menor possível nem a maior a que os técnicos conseguiram chegar. Mas é realista, consistente e preserva os objetivos centrais do governo, que são os investimentos sociais".

O esforço adicional que o governo fará neste ano será, no entanto, insuficiente se o Congresso não aprovar as reformas tributária e da Previdência. "As reformas nos permitirão dar passos seguros. E elas não são fundamentais apenas para a União, mas para todo o país", afirmou Palocci. Por isso, na semana que vem Lula dará posse ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e, nos próximos dias 20 e 21, se reunirá com os governadores para discutir as reformas.

O ministro ressaltou, ainda, o apoio dos presidentes da Câmara, João Paulo Cunha (PT), e do Senado, José Sarney (PMDB), para a aprovação das reformas ainda este ano. "As reformas são importantes para a estabilidade econômica e, também, para melhorar a distribuição de renda no país, pois permitirá ao governo buscar recursos de longo prazo para programas sociais", disse. "Esse ponto não é só retórico, ele traz a questão social como estruturante. Atacar a desigualdade na distribuição de renda no país é inadiável."

Palocci garantiu que o novo arrocho fiscal não será resultado apenas de uma simples revisão de contas, nem tampouco o governo contará com receitas inflacionárias para chegar aos R\$ 68 bilhões. "Vamos fazer um ajuste duro, com corte gastos, que não atingirão as despesas sociais", afirmou. Segundo o ministro, o governo também não aumentará impostos, já que a carga tributária no Brasil está além da capacidade da sociedade de suportá-la. O governo está consciente, porém, que não contará neste ano com pelo menos R\$ 14,8 bilhões de receitas extraordinárias que teve em 2002.

O novo superávit primário, disse Palocci, implicará em uma economia adicional da União, estados, municípios e estatais. O percentual que caberá a cada esfera de governo será explicitado nos próximos dias. O governo conta, entretanto, com o aumento das tarifas públicas e dos combustíveis para manter recheado o caixa das estatais e aposta que o aumento da arrecadação do principal tributo cobrado pelos estados, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), será maior que o crescimento do PIB.

O ministro garantiu que não discutirá a nova meta fiscal com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "Nas conversas que o presidente Lula teve com o diretor-gerente do Fundo, Horst Köhler, foi acertado que o Brasil teria autonomia para definir seus parâmetros econômicos", disse. Os novos números, porém, serão discutidos com uma equipe do FMI que desembarcará na próxima segunda-feira em São Paulo e na próxima quarta, em Brasília.

O QUE É SUPERÁVIT

O superávit primário representa a diferença entre as receitas e despesas do governo sem considerar os gastos com os juros da dívida pública. Quando consolidado, o superávit leva em consideração as contas da União, dos estados, dos municípios e de todas as estatais. É uma espécie de economia para manter sob controle a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). Quanto menor for essa relação, maior é a confiança dos investidores na capacidade do governo de pagar a dívida e menor será a taxa de juros.



ANTONIO PALOCCI (AO FUNDO), RI COM O SECRETÁRIO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS, OTAVIANO CANUTTO, APÓS ANUNCIAR SUPERÁVIT FISCAL RECORDE

GUERRA ATRAPALHARIA ESFORÇO

A nova meta de superávit primário, de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), será insuficiente para conter a escalada da dívida pública num cenário de guerra prolongada entre os Estados Unidos e o Iraque. Segundo o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Thadeu de Freitas Gomes, o governo não tem como conter um provável aumento do dólar, o que obrigaria o Banco Central a novamente reajustar as taxas de juros para combater o repasse da alta aos preços. Nos dois casos, a dívida aumentaria, já que metade está indexada ao câmbio e metade, aos juros. "O superávit primário é a única variável que o governo domina. Temos que torcer para que o cenário externo mantenha as taxas de juros e de câmbio sob controle", afirmou.

Para o sócio-diretor da Gap Asset Management, Carlos Camacho, o aumento de 0,5 ponto percentual no superávit (de 3,75% para 4,25% do PIB), ainda que esperado pelo mercado, terá um efeito "excepcional" no reforço da credibilidade do país. "A nova meta fiscal mostra que o presidente Lula está sendo coerente com seu discurso de campanha", afirmou. Segundo Camacho, o governo ainda tem ainda espaço para fazer um ajuste adicional nas contas públicas caso uma guerra no Golfo Pérsico tenha forte impacto sobre a economia brasileira.

Para o diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) Júlio Sérgio Gomes de Almeida, a melhor notícia dada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi que o aumento no superávit não virá por meio de mais impostos. (VN)

CITIBANK AMPLIA CRÉDITO AO PAÍS

Pouco antes de o governo tornar pública a nova meta de superávit primário, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, recebeu um comunicado oficial da diretoria do Citigroup avisando que o Citibank renovará todo o estoque de linhas de crédito que tem com o país, cerca de US\$ 9 bilhões, e ainda ampliará em US\$ 200 milhões o oferta de financiamentos. No ano passado, o Citi foi o banco dos Estados Unidos que mais cortou crédito para o Brasil, inclusive linhas comerciais para as exportações, fato inédito na história do país.

"É um sinal claro de confiança no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva", disse o ministro. Ele contou que a promessa do restabelecimento dos créditos do Citibank — fechados durante a campanha presidencial — foi feita na passagem de Lula pelo Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. "Nós já tínhamos sido avisados que a diretoria do Citigroup estava disposta a voltar a operar com o Brasil", ressaltou. O governo acredita que o sinal dado pelo Citi fará com que outros bancos americanos sigam na mesma direção. Quanto mais oferta de dólares o Brasil tiver, menor será o perigo de uma nova disparada nos preços da moeda americana e maior será o controle da inflação.

Segundo Palocci, também bancos e empresas da França e da Alemanha já avisaram ao governo brasileiro que estão dispostos a ampliar seus investimentos no Brasil. O mercado, no entanto, ainda não reviu suas estimativas de aumento dos investimentos diretos no país. A previsão é de que o fluxo fique positivo em US\$ 13 bilhões neste ano. (VN)